Diagnóstico Ambiental



Prof. Katia M.P.M.B. Ferraz Colaborador: Dr. Eduardo R. Alexandrino

LCF 1697- ESALQ/USP

Res. Conama 001/86, artigo 5º - Diretrizes e Conteúdo Mínimo EIA

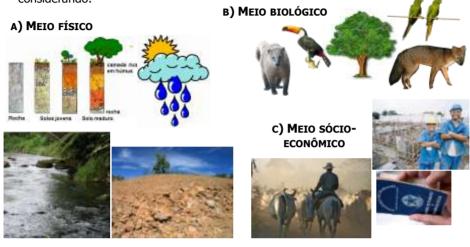
- Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;
- II. Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- III. Definir as áreas direta e indiretamente afetadas pelos impactos (área de influência), considerando em todas as situações a bacia hidrográfica na qual se localiza;
- IV. Considerar os planos e programas de governo com jurisdição sobre a área onde será implementada a atividade impactante.



Resolução CONAMA Nº001 de23 de janeiro de 1986

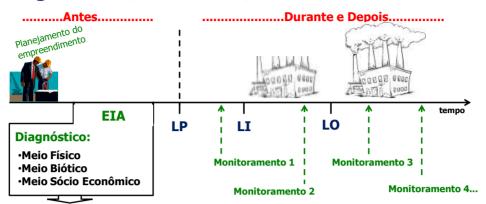
Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental <u>da área de influência do projeto</u>, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:



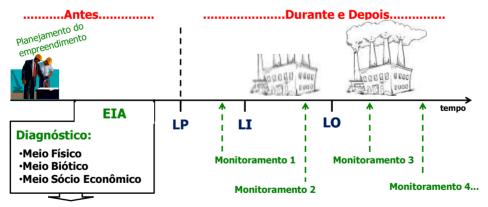


Diagnóstico: Quando é feito e qual é sua função ?



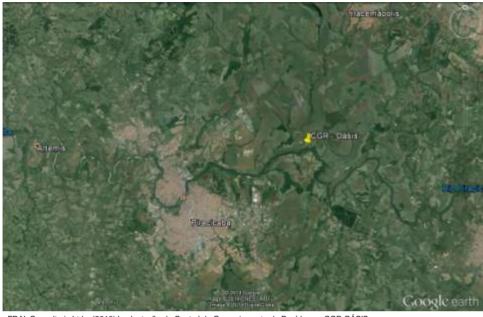
- É a descrição e análise da situação atual das área de estudo feita por meio de levantamentos de componentes e processos do meio físico, biótico, e sócio econômico e de suas interações
- Fornecer informações necessárias para a identificação e previsão dos impactos.
- Contribuir para a definição de programas de gestão ambiental (medidas mitigadoras, compensatórias, programas de monitoramento e demais componentes de um plano de gestão ambiental)

Diagnóstico: Quando é feito e qual é sua função ?



- Estabelecer uma base de dados para a futura comparação em caso de implantação do empreendimento (por ex, identificar alterações).

Diagnóstico? De onde?



FRAL Consultoria Ltda. (2010) Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR OÁSIS

Diagnóstico? De onde?



Diagnóstico? De onde?



Diagnóstico? De onde?



Diagnóstico? <u>De onde</u>?

Áreas de influência (AI)

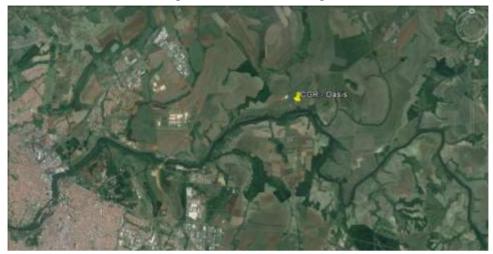
 $\acute{\text{E}}$ a área geográfica que pode sofrer as consequências, diretas ou indiretas, do empreendimento.

Dependerá do empreendimento e da magnitude dos impactos possíveis:

Até onde vai o impacto deste empreendimento?



Até onde vai o impacto deste empreendimento?



Pensem....Qual seria a área de influência para:



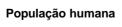


Até onde vai o impacto deste empreendimento?



Pensem....Qual seria a área de influência para:







Até onde vai o impacto deste empreendimento?



E se fosse um aeroporto?



Diagnóstico? <u>De onde</u>?

Áreas de Influência (AI)

Res Conama 001/86:

Artigo 5º - Inciso III:

Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;



Diagnóstico? De onde?

Áreas de Influência (AI)

CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014 (pag 27)

VIII. Áreas de Influência

Conforme o artigo 5º da Resolução CONAMA 01/86, o EIA deve conter a definição dos limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.

Dessa forma, apresentar tais limites geográficos das áreas de influência do empreendimento, a serem estabelecidos em função da abrangência dos impactos ambientais. São comumente considerados nos estudos três áreas, ou seja:



- Área Diretamente Afetada (ADA)corresponde à área que sofrerá a ação direta da implantação e operação do empreendimento.
- Área de Influência Direta (AID)corresponde à área que sofrerá os impactos diretos de implantação e operação do empreendimento.
- Área de Influência Indireta (AII)corresponde à área real ou potencialmente sujeita aos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento.

Áreas de Influência (AI)

Divisões:

CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014



Área a ser ocupada pelo empreendimento (área de implantação e de seus componentes ou instalações auxiliares)

Ex.: área do reservatório e barramento, das vilas residenciais e instalações administrativas





FRAL Consultoria Ltda. (2010) Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR OÁSIS

Áreas de Influência (AI)

Divisões:

CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014

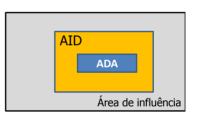
• ADA – ÁREA DIRETAMENTE AFETADA

Área a ser ocupada pelo empreendimento (área de implantação e de seus componentes ou instalações auxiliares)

Ex.: área do reservatório e barramento, das vilas residenciais e instalações administrativas

• AID – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Áreas imediatas, circunvizinhas ao empreendimento Geralmente engloba a ADA.





ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA - AID

FRAL Consultoria Ltda. (2010) Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos - CGR OÁSIS

Áreas de Influência (AI)

Divisões:

CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014

ADA – ÁREA DIRETAMENTE AFETADA

Área a ser ocupada pelo empreendimento (área de implantação e de seus componentes ou instalações auxiliares)

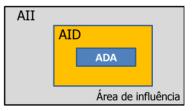
Ex.: área do reservatório e barramento, das vilas residenciais e instalações administrativas

• AID – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Áreas imediatas, circunvizinhas ao empreendimento Geralmente engloba a ADA.

• AII – ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

Área maior que a AID, usualmente a bacia hidrográfica onde se insere o empreendimento





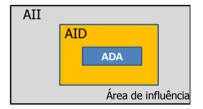
Área de Influência Indireta - AII

FRAL Consultoria Ltda. (2010) Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos - CGR OÁSIS

Áreas de Influência (AI)

Divisões:

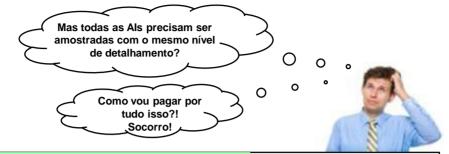
CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014



- ADA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA
- AID ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA
- AII ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

Então...

- As justificativas para a determinação das AI's deve ser apresentada no EIA.
- As AI's devem ser ilustradas através de mapeamento



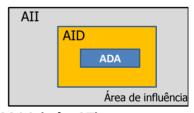
CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014

Pág 28

IX. Diagnóstico Ambiental

....O nível de aprofundamento dos estudos ambientais poderá ser diferenciado, podendo, por exemplo, ser superficial para a All e detalhado para a ADA do empreendimento, especialmente para os fatores ambientais que sofrerão maiores alterações com a implantação do empreendimento.

Áreas de Influência (AI)



CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014 (pág 27):

Para um mesmo nivel de abordagem poderão eventualmente ser definidos diferentes limites geográficos para os estudos dos meios físico, biótico e socioeconômico. No Capítulo 5 deste Manual são apresentadas definições de áreas de influência comumente indicadas para as respectivas tipologias de empreendimentos.



Áreas de Influência (AI) Exemplo de variação na definição da área para cada meio estudado

QUADRO 10.2-1 Áreas de influência por aspecto ambiental envolvido

ASPECTOS AMBIENTAIS	CONTEXTO REGIONAL	ÁREAS DE INFLUÊNCIA	
		DIRETA	DNOIRETA
Geologia/ Geomorfologia	Becia rio des Almes eté confluêncie o Ribeiráo Grande	Microbesias da mina Limeira, dos DEs Berro Branco e Leiteria e dos acessos	Bacia rio das Almas, a jusante das interferências, até confluência c/ Ribeixão Granda
Espeleologia	Bacia rio das Almas até confluência o/ Ribeirão Grande	Limite de lente de calcário, na cava	Limite de lente de celcério
Hidrogeologia	Bacia rio des Almes até confluência o/ Ribeirão Grande	Limite do cone de rebaixamento do lengol fraético	Becia rio des Almas, a jusente des interferêncies até confluêncie s/ Ribeiréo Grande
Hidrologia	Basia rio das Almes até confluência c/ Ribeirão Grande	Corpos d'água des microbacies de mina Limeira, DEs Barro Branco e Leiteria, e dos acessos	Becia rio des Almas età confluência s/ Ribeirão Granda
Clima	Região sudoeste SP	Não aplicável	Não splicável
Qualidade do Ar	Não aplicável	Local constated on a modello = concentrações de MP que exceden a atual (distância de, no mesimo, 2. km des vies, mins, fábrica e DEs!	Raio de 10 km a partir das estruturas do empreendimento
Ruido	Não aplicável	Locais onde as simulações indicaram ultrapassagem do ruido ambiente	Não aplicável
Vegetação	Continuum Rorestal + trechos das Unid. de Conservação presentes na região	Microbacias da mina Limeira, dos CEs Barro Branco e Leiteria e dos acessos	Continuum florestal + trecho das Unid. de Conservação presentes na região

Fonte: EIA - CCRG

Fauna Terrestre	Continuum florestal + trechos des Unid, de Conservação presentes na região	Microbecias da mina Limeira, dos DEs Barro Branco a Leiteria e dos acessos	Continuum florestal + trechos das Unid: de Conservação presentes na região
Unidedes de Conservação	PE Intervales, E.E.Xitué, APA S.Mar, PETAR, PE C. Botelho	Porções das Zonas de Amortecimento do PEI e EE Xitué até o limite de 10 km a partir do empreendimento	PE Intervales, EE Xitué, APA S Mar
Quelid: de Águe, Limnologia e Ictiofauna	Bacia do río das Almas no contexto da UGRHI 14 - Alto Paranapanama	Corpos d'égue des microbecies diretamente envolvidas-AID	Trechos de Bacia do río das Almas até confluência o/ o ribeirão Grande
Uso/Ocupeção do Solo	Território dos municípios Ribeirão Grande e Capão Bonits	Bairros rurais — município Ribeirão Grande, principalmente Bairro Barro Branco e comunidades ao longo dos acessos do empreendimento	Municípios Ribeirão Grande e Cépão Bonito
Sócie-economia	Regido Administrativa de Sorocaba, com énface nas Regidos de Governo- RG Itapetininga, Itapeva e Sorocaba	Municípios Riberráo Grande e Capão Bonito, com énfase nos bairos rurais de Ribarão Grande, principalmente Bairo Barro Branco	Regides de Governo de Itapetininga, Itapeva e Sorocaba, com ántase nos municípios Ribeirão Grande e Capão Bonito
Sistema Viário	Eixos viános regionats (SP127, SP258, SP270, SP075, ferrovia) contidos nas Rúa Itapetininga, itapeve e Sorrocaba	Viário lacel de acesso às estruturas do empreentimento	Eixos viários regioneis (SP.127, SP.250, SP.181) e estradas vicinais nos municípios de Ribeirão Grande e Capão Sonito

Fonte: EIA - CCRG

Diagnóstico: Quais dados são coletados?

Termo de referência é quem vai definir:

Base: → Resolução CONAMA 001/86 - Artigo 6º

→ CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014 (ver página 28)



Diagnóstico: Quais dados são coletados?

Fontes de dados:

Dados primários — são dados atuais obtidos em campo, com metodologia apropriada e passíveis de serem avaliados posteriormente pelo órgão ambiental.



Diagnóstico: Quais dados são coletados?

Fontes de dados:

Dados secundários — dados obtidos a partir de outras fontes de informação

Ex: Séries históricas de dados meteorológicos, hidrológicos, registros de espécies em artigos científicos, dados de Secretarias de Estado, dados do IBGE, bibliotecas, Materiais depositados em museus históricos, consulta a organizações não governamentais, consulta à profissionais, consulta à própria comunidade, etc...









Diagnóstico: Mas como analisar os dados coletados ????

CETESB: Decisão de Diretoria nº 217/2014

Pág 28

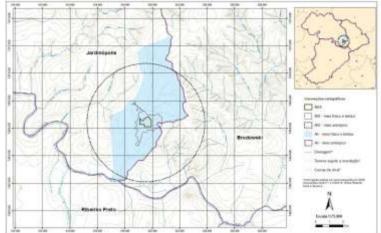
IX.Diagnóstico Ambiental

.... Além da descrição textual, as informações deverão ser apresentadas em mapas temáticos ou outros meios de visualização espacial de forma a permitir o entendimento do contexto em que se insere o empreendimento e facilitar sobreposição e interação entre vários aspectos ambientais estudados

Diagnóstico: Problemas e desafios

Possíveis fontes:

- Responsáveis pelo EIA (Coordenadores)
- Despreparo entre consultores
- Uma única área de influência para todos os meios
- Área de influência pré-definida e que precisa ser aceita pelo consultor



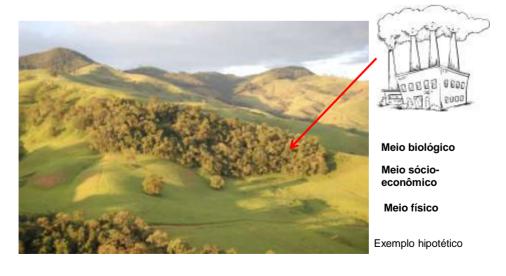
Exemplo hipotético:

Diagnóstico: Problemas e desafios

Possíveis fontes:

- Responsáveis pelo EIA (Coordenadores)
- Despreparo entre consultores

- Falta de diálogo entre os profissionais executores dos diagnósticos



Diagnóstico: Problemas e desafios

Possíveis fontes:

- Responsáveis pelo EIA (Coordenadores)
- Despreparo entre consultores

- Tempo é insuficiente (geralmente)

Coleta de dados mais detalhada (esforço amostral insuficiente)

Análise cautelosa dos dados (que pode gerar uma avaliação ambiental segura)

...então inicia-se a coleta de dados antes de ter o Termo de referência pronto → solução?

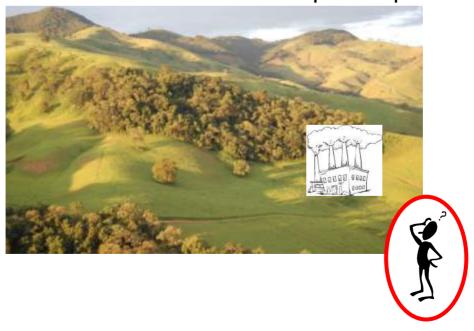


1998 – Início do EIA

...2003 elaborado o EIA...

2007 - Instalação

Como coletar e analisar os dados se há pouco tempo???







Instrução Normativa nº146 de janeiro de 2007 - IBAMA

Define protocolo mínimo para levantamento da fauna

-Artigo 5º....os resultados deverão ser apresentados com as seguintes informações:

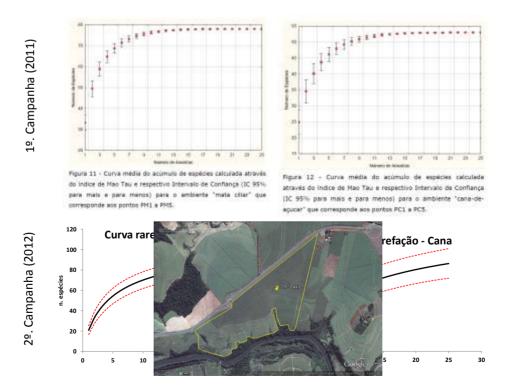
I – Lista de espécies encontradas → Forma de registro/Habitat. Destacar as espécies:

- ameaçadas de extinção domésticas -importância econômica.
- endêmicas invasoras migratórias
- raras comuns passiveis de serem utilizadas como bioindicadoras

III – Esforço e eficiência amostral. **Riqueza e abundância de espécies**, Índices de diversidade, e demais análises estatísticas pertinentes.

V – Estabilização da curva do coletor

Os despreparados...se sentiram forçados a cumprirem isso a todo custo!



Instrução Normativa nº146 de janeiro de 2007 - IBAMA

▶ Define protocolo mínimo para levantamento da fauna

-Artigo 5º....os resultados deverão ser apresentados com as seguintes informações:

I – Lista de espécies encontradas → Forma de registro/Habitat. Destacar as espécies:

- ameaçadas de extinção domésticas -importância econômica.
- endêmicas - invasoras - migratórias
- comuns - passiveis de serem utilizadas como - raras bioindicadoras

III - Esforço e eficiência amostral. Riqueza e abundância de espécies, Índices de diversidade, e demais análises estatísticas pertinentes.

V – Estabilização da curva do coletor

Breve histórico...

HOJE - SP: Decisões da Diretoria (CETESB) Protocolos mínimos

Instrução Normativa IBAMA 146/2007

Artigo 4º e 5º - define protocolo mínimo para levantamento da fauna

Resolução CONAMA 237/1997

Amplia o número de empreendimentos obrigados a passar pelo processo de licenciamento ambiental

Resolução CONAMA 001/1986

Artigo 1º - define o que é Impacto Ambiental

Artigo 6º - define o que deve constar no Estudo de Impacto Ambiental



Lei 6.938/81

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE:

Atividades humanas impactantes



Licenciamento ambiental obrigatório Necessário apresentação do Estudo de Impacto Ambiental

Decisões da Diretoria CETESB/SP (algumas)



 Define regras para levantamento e análise de dados ambientais para fins de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo

-217/2014 (de 06 de agosto de 2014): Manual para a Elaboração de Estudos para o Licenciamento com avaliação de impacto ambiental

Capítulo "Diagnóstico Ambiental" - Fauna silvestre:

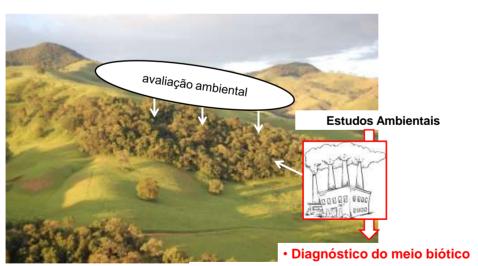
Apresentar lista das espécies levantadas contendo:

- Grau de sensibilidade às interferências antrópicas;

-167/2015 (de 13 de julho de 2015): Estabelece procedimentos para o Laudo de Fauna silvestre

Art. 3º - A documentação para análise da fauna silvestre nativa, a ser apresentada no âmbito do licenciamento ambiental/Autorização à Cetesb, sem prejuizo de outros documentos a critério do órgão ambiental, deverá conter no mínimo:

> V. Lista de espécies com nome científico e popular, que deverá ser baseada em dados primários (de campo), indicando a forma de registro, habitat, grau de sensibilidade a alterações antrópicas, destacando as espécies endêmicas e as espécies ameaçadas de extinção de acordo com a legislação vigente.



Geralmente pouco tempo disponível (meses...)



 $\langle \neg$

Grupos biológicos específicos e Foco em indicadores ecológicos

Cap.2

Diagnóstico: Problemas e desafios

→ Estamos usando os indicadores ecológicos corretos!?

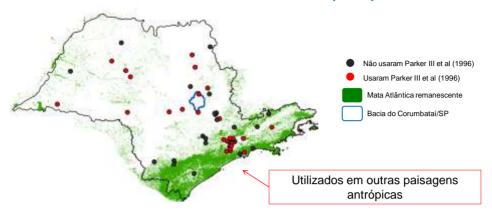


Diagnóstico: Problemas e desafios

→ Como é o uso desse índice de sensibilidade (Parker III et al. 1996) em EIAs?



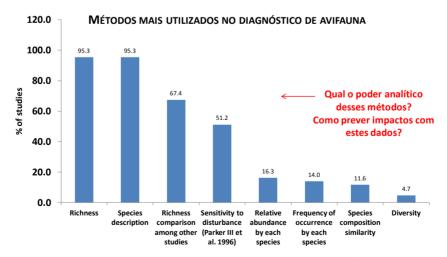
→ O uso desse índice de Parker III et al. (1996) em EIAs



Alguns resultados importantes:

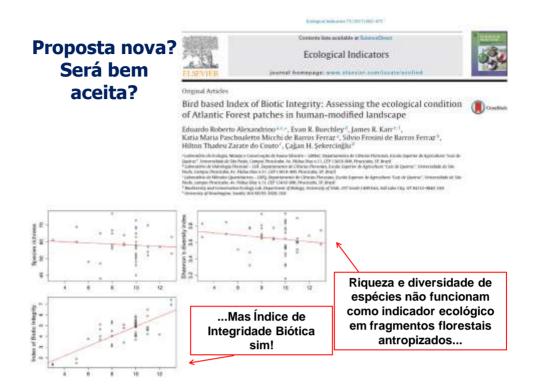
- Descobrimos que o índice não funciona em paisagens antrópicas
- No entanto, maior parte dos EIAs confiou completamente no índice para o diagnóstico ambiental.
- Cada um usa e interpreta da forma que quiser
- Só 3 profissionais não confiaram no índice

Diagnóstico: Problemas e desafios

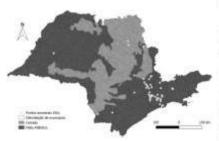


ALEXANDRINO, E.R.; FERRAZ, K. M. P. M. B.; SEKERCIOGLU, C. H.; COUTO, H. T. Z.. Environmental Assessment Impacts through birds. In: Student Conference on Conservation Science, 2014, Cambridge/UK. Talks and Posters book, 2014.

CEGEA/ESALQ/USP



E as DDs? Ajudam?



Review Bronitian de Ocidio Audientol e Norteambildode (2017). 485: 195-172. 1663: 2050-1412. Impo:/dx.doi.org/10/21488/bgot.040110

Orientações legais para diagnóstico da mastofauna em Estudos de Impactos Ambientais ajudam? Análise crítica no caso do Estado de São Paulo, Brasil

Ana Paula Rodrigues Pinto^a, Maristela Camolesi^a, Eduardo Roberto Alexandrino^a

Pós-Graduação Jons sovas em Gerenciamento Audoeand. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Querroz". Universidade de São Paulo. Compos Piracicaba, ITATH Consultoria Audoeand.

Consultoria Ambiental.

'Gendusção em Laceacutura em Ciências Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Conjus Seriosaba.

Programa de Pós-Gradinoção Intermidades em Ecologia Aplicada, Libromório de

Programa de Pós-Gradinção Internadades em Ecologia Aglicada. Laboranteio de Ecologia Minego e Conservação da Fania Silvestre. Departamento de Ciências Florestaia. Escola Superior de Agricultura "Luca de Queitoz" Universidade de São Paulo. Conção Paracicaba. E-mail: eduardoniexandrino@hormaid.com

- Revisamos o diagnóstico da mastofauna em 20 EIAs iniciados em 2013 e 2014
- Comparamos os resultados com as DDs CETESB válidos a partir de 2014

Deficiências:

- (1) não realização de levantamentos em campo
- (2) listas de espécies incompletas
- (3) não declaração sobre a forma e local de registro das espécies em campo
- (4) ausência de caracterização da assembleia de mamíferos amostrada
- (5) não declaração do esforço e suficiência amostral realizado
- (6) ausência de análises quantitativas
- (7) ausência de comparação dos resultados obtidos com áreas similares.

